

# Planos de educação: a litigância estratégica da sociedade civil e da Defensoria Pública do estado do Paraná na Comissão Interamericana de Direitos Humanos

Education Plans: The Strategic Litigation by Civil Society and the Public Defense Office of the State of Paraná Before the Inter-American Commission on Human Rights

Ananda Hadah Rodrigues Puchta\*  
Camille Vieira da Costa\*\*  
Helena de Souza Rocha\*\*\*

## Resumo

O artigo tem por objetivo apresentar uma reflexão teórico-prática de litigância estratégica em direitos humanos. Para tanto, serão abordados conceitos e potencialidades do litígio estratégico, perpassando, num primeiro momento, pela importância da atuação das Defensorias Públicas brasileiras no cenário nacional e internacional. Num segundo momento, o foco do trabalho se voltará ao histórico nacional que permeia a discussão sobre os Planos de Educação, tanto no âmbito nacional como nos âmbitos estaduais e municipais. Adiante, analisa-se, a partir da realidade brasileira, a necessidade e a importância do debate sobre os Planos de Educação na esfera internacional, descrevendo, em seguida, as conquistas e desafios da experiência da sociedade civil brasileira em audiência temática realizada perante a Comissão Interamericana de Direitos Humanos em maio de 2017. Sendo assim, busca-se apresentar um arcabouço teórico que respalde a atuação prática dos atores sociais nos sistemas internacionais de direitos humanos em geral, e no sistema interamericano de proteção em particular, de forma a apresentar uma litigância estratégica internacional efetiva e de impacto à realidade do país.

**Palavras-chave:** Litígio Estratégico Internacional. Defensoria Pública. Direitos Humanos. Planos de Educação.

## Abstract

The article presents theoretical and practical reflections on strategic human rights litigation. To meet this aim, the article approaches concepts and potentialities of strategic litigation firstly by analyzing

### Como citar este artigo:

PUCHTA, Ananda Hadah Rodrigues; COSTA, Camille Vieira da; ROCHA, Helena de Souza. Planos de educação: a litigância estratégica da sociedade civil e da Defensoria Pública do estado do Paraná na Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Revista da Defensoria Pública do Distrito Federal, Brasília, v. 1, n. 1, 2019, p. 95/106.

\* Advogada, graduada pela Universidade Federal do Paraná e especialista em Direito Constitucional pela Academia Brasileira de Direito Constitucional, presidente da Comissão de Diversidade Sexual e de Gênero da OAB/PR, coordenadora jurídica de Organismos Internacionais do Grupo Dignidade e da Aliança Nacional LGBTI. E-mail: ananda-puchta@gmail.com. Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/2609598873943849>

\*\* Defensora Pública do Estado do Paraná, mestranda em Direitos Humanos e Democracia pela Universidade Federal do Paraná - UFPR. E-mail: camillevc@gmail.com. Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/1474612380982166>

\*\*\* Advogada graduada pela Universidade Federal do Paraná, mestre em Direito Internacional dos Direitos Humanos pela Universidade de Essex e em Psicologia Forense pela Universidade Tuiuti do Paraná (UTP). Professora de Direitos Humanos na UTP do Paraná e presidente da Comissão de Estudos sobre Violência de Gênero da OAB-PR. Possui ampla experiência de litígio de casos perante o Sistema Interamericano. E-mail: helenas.rocha@gmail.com. Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/7883572180928350>

Data da submissão:  
21/02/2019

Data da aprovação:  
23/03/2019

the important performance of the Brazilian Public Defense in the international arena. Secondly, it focusses on the national discussion of education plans at the federal, state and municipal levels. Finally, it looks into the important debate about education plans at the international level, taking into account the Brazilian context, evaluating the achievements and challenges of Brazilian civil society during a thematic hearing held by the Inter-American Commission on Human Rights. Thus, the article seeks to describe a theoretical framework that supports the practical action of social actors in international human rights systems, especially the Inter-American system, to advance international strategic litigation that will be effective in impacting the reality of Brazil

**Keywords:** International Strategic Litigation. Public Defense. Human rights. Education Plans.

## Introdução

O presente artigo visa contemplar uma gama de elementos teóricos e práticos que englobam: a) o conceito de litigância estratégica, sua importância e potencialidade na mudança social; b) o primordial papel das Defensorias Públicas como atoras e parceiras da sociedade civil nas incidências político-jurídicas que promovem e protegem direitos humanos; e c) o caso concreto de litigância estratégica internacional que envolve o direito à educação e o debate em torno dos Planos de Educação.

Ao problematizar o que é litigância estratégica não se pretende apresentar uma definição estanque e fechada. Do contrário, pensar a litigância estratégica como meio de efetivação dos direitos humanos e da justiça social<sup>1</sup> traz em si, impreterivelmente, as complexidades que envolvem o cotidiano social e político das violações demandadas, bem como o contexto do sistema jurisdicional em que se pretende litigar (CARDOSO, 2011, p.367).

Cumprе salientar que, para além do processo judicial, a litigância estratégica em direitos humanos abrange um arcabouço técnico não só jurídico, mas também social e político, pois envolve forças além do Direito, configurando-se como prática interdisciplinar (BAKER, 2014, p. 466). Isso porque as violações de direitos humanos estão imbricadas em complexidade<sup>2</sup>, trazendo à construção do caso outros campos do conhecimento – a educação, a sociologia, a economia, o jornalismo etc. – e outros atores sociais – os movimentos sociais, as universidades, a sociedade civil.

Nessa seara, o papel de uma Defensoria Pública atuante e plural, que permita e fomente o diálogo entre a instituição, a sociedade civil e os movimentos sociais, torna-se primordial para a conquista de direitos humanos das populações vulnerabilizadas. Assim, ao caminhar lado a lado com movimentos populares e demais entidades da sociedade civil, as Defensorias Públicas permitem não só o acesso efetivo à justiça, como também somam esforços para conquista de direitos coletivos, que podem impactar diretamente na realidade social de vários cidadãos.

Para exemplificar essa parceria entre a Defensoria Pública e os demais atores sociais, serão abordadas, a partir da contextualização do debate acerca dos Planos de Educação brasileiros e seu impacto no cotidiano das minorias LGBTI e de Mulheres, a atuação da sociedade civil na Audiência Temática da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) no 162º Período de Sessões, cujo tema versava sobre: *“direitos humanos e educação livre, plural e sem censura no Brasil: a proposta de exclusão da perspectiva de identidade de gênero e orientação sexual na Base Curricular Comum Nacional e o projeto ‘Escola Sem Partido’”*.

Assim, da análise do caso concreto envolvendo o direito à educação, a litigância estratégica se mostra como processo contínuo de fomento e implementação da cultura dos direitos humanos

---

1 “‘Strategic’ or impact litigation uses the court system to attempt to create broad social change. Impact lawsuits aim to use the law to create lasting effects beyond the individual case. The chief focus is law or public policy reform, rather than the individual client’s interests (as in any case in ordinary litigation), although they may both be an objective” (ERRC, 2004).

2 “(...) os direitos humanos, no mundo contemporâneo, necessitam dessa visão complexa, dessa racionalidade de resistência e dessas práticas interculturais, nômades e híbridas, para superar os resultados universalistas e particularistas que impedem uma análise comprometida dos direitos, há muito tempo” (HERRERA FLORES, 2004, p. 381-382).

por meio da atuação política de diversos atores sociais – sendo a Defensoria Pública protagonista dessa experiência. É nesse sentido, portanto, que a litigância estratégica se desenvolve como um discurso-prática, pois sua concretização produz efeitos para além das partes do processo ou da justiciabilidade dos direitos, numa prática contínua em prol da promoção dos direitos humanos.

## Litigância estratégica: conceitos e potencialidades

O uso da litigância estratégica como instrumento de promoção e defesa de direitos humanos pode, em grande parte, ser atribuída à sociedade civil organizada, em especial organizações não governamentais de direitos humanos e clínicas de direitos humanos. Pode-se afirmar que o conceito de litigância estratégica se derivou, inicialmente, da ideia de *impact litigation* (CORAL-DIAZ, 2010, p. 53), na qual escolhe-se um caso para, a partir de seu litígio, promover mudanças em políticas públicas, na legislação ou na sociedade civil de um determinado país ou região (CORREA, 2008, p.149). Assim o caso transcende o interesse específico das partes para alcançar mudanças estruturais e dar visibilidade a violações de direitos humanos, especialmente de populações invisibilizadas e vulneráveis.

Apesar do conceito tradicional de litigância estratégica restringir-se ao litígio de casos emblemáticos junto a sistemas de justiça nacionais e/ou internacionais, muitas organizações da sociedade civil têm utilizado o termo para se referir, também, à atuação que vai além do litígio de casos concretos. Essa atuação estratégica inclui a participação das organizações como terceiro interessado em outras ações judiciais que versam sobre a matéria de interesse, a incidência junto a órgãos de proteção internacional para o estabelecimento de novos parâmetros jurídicos sobre temas atuais e relevantes de direitos humanos, e a incidência política para a mudança de normas nacionais que estejam em discordância com os parâmetros internacionais para a proteção de direitos humanos<sup>3</sup>.

O desenvolvimento e reconhecimento da litigância estratégica enquanto ferramenta útil para a proteção e defesa de direitos humanos deve-se, em grande parte, ao protagonismo de organizações da sociedade civil que romperam paradigmas ao provocar os sistemas de justiça nacionais e internacionais a dar visibilidade a violações de direitos humanos e promover mudanças estruturais nos seus países e/ou regiões a partir de um caso concreto ou uma situação específica.

Na América Latina muitas organizações da sociedade civil acudiram ao Sistema Interamericano de Direitos Humanos (SIDH) para apresentar denúncias de violações de direitos humanos quando não receberam uma resposta efetiva do sistema de justiça doméstico ou por impossibilidade do pleno exercício de seus direitos humanos no país em razão de restrições legais.

O SIDH, especialmente a Corte Interamericana de Direitos Humanos, caracterizou-se desde o início dos seus trabalhos pela adoção de um modelo de reparação integral (*restitutio in integrum*) quando estabelecida a responsabilidade internacional do Estado por violações de direitos humanos (CORTE IDH, 1989). Contudo, esse modelo de reparação integral, que visa à restituição à situação anterior à violação, muitas vezes não é possível de se concretizar em razão das graves violações de direitos humanos denunciadas, como desaparecimentos forçados e execuções sumárias. Assim, a Corte adotou “outras medidas destinadas a garantir os direitos, reparar as consequências e compensar os danos” (CEJIL, 2009, p.24), e medidas para assegurar que fatos violatórios como os denunciados não se repitam.

Essas medidas de não repetição incluem, entre outras, mudanças legislativas<sup>4</sup>, a educação em direitos humanos de agentes estatais (CORTE IDH, 2010 e 2017), e a adoção de políticas

3 Ver website da Children Rights Information Network (CRIN), European Roma Rights Centre (ERRC), Public Law Project, European Council on Refugees and Exiles (ECRE).

4 No caso Gomes Lund vs. Brasil, a Corte Interamericana determinou que o Brasil tipificasse o delito de desaparecimento forçado de pessoas (par. 287) e anulasse os efeitos da lei de anistia para impedir a persecução penal de graves violações de direitos humanos cometidas durante o regime militar. E no caso Favela Nova Brasília, a Corte determinou que o Estado adotasse mudanças legislativas a fim de permitir a participação de vítimas e/ou seus familiares do processo penal e a abolição do instituto de resistência seguida de morte (pars. 329 e 335).

públicas<sup>5</sup>. Esse parâmetro de reparações também foi adotado pela Comissão Interamericana em suas recomendações aos Estados. Considerando que muitos dos casos submetidos ao SIDH evidenciam padrões de violações ou dificuldades estruturais dos Estados na tutela de direitos humanos, estas medidas têm sido recorrentes na jurisprudência e doutrina constantes dos órgãos do sistema e foram determinantes para a sua escolha, enquanto espaço estratégico para a garantia e o avanço da proteção dos direitos humanos no nosso continente.

Neste sentido, o litígio de casos emblemáticos perante a Corte e Comissão Interamericanas passou a ser parte da estratégia de atuação das organizações da sociedade civil no continente (CLADEM, 2008), as quais viram neste instrumento uma ferramenta importante para promover mudanças estruturais no país e na região em que atuam.

Contudo, a mera decisão em um caso concreto, por mais inovadora que seja, nem sempre é capaz de, por si só, promover as mudanças sociais esperadas com o litígio se desprovidas de uma mobilização no âmbito interno (CAVALLARO; BREER, 2008, p. 92), especialmente em países como o Brasil, que não possui um mecanismo regulamentado de execução destas decisões. Para tanto, são necessárias estratégias complementares de incidência que podem se dar no âmbito político, legislativo, judicial, educacional e social (CLADEM, 2011).

Dentre estas estratégias destacam-se as alianças para mobilização no âmbito nacional e internacional com organizações e movimentos sociais, pois elas permitem a formação de uma “rede no momento de incidir politicamente nas estruturas de cada Estado, inclusive nos órgãos regionais e internacionais” (CLADEM, 2011, p. 70). Um exemplo da necessidade desta incidência é o caso Maria da Penha que, mesmo após a decisão da Comissão Interamericana no ano de 2001, demandou uma nova mobilização do movimento de mulheres no Brasil para a apresentação de um relatório sombra ao Comitê CEDAW (CEDAW, 2001) que, no ano de 2003, recomendou ao Estado a adoção de uma lei específica sobre violência doméstica e familiar contra a mulher, fortalecendo a pressão para a aprovação da Lei nº 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha (CLADEM, 2011, p. 81).

Esse trabalho de incidência política é fundamental não somente após a atuação no caso, mas também previamente e durante a execução das estratégias traçadas. Na preparação do caso, esta aliança e incidência política contribuíram para o estabelecimento do contexto nacional no qual se inserem as violações denunciadas no caso e para a determinação de quais os pedidos em matéria de medidas de não repetição deveriam ser formulados. Durante o litígio é necessário continuar demandando as mudanças, assim como é importante que sejam tomadas medidas de sensibilização dos poderes que serão responsáveis pelo cumprimento das medidas no âmbito interno.

Paralelamente, há a necessidade de sensibilização dos órgãos internacionais de proteção dos direitos humanos e provocação para o desenvolvimento de parâmetros legais e jurisprudenciais sobre a matéria que será objeto da litigância estratégica. A ausência destes parâmetros pode implicar em medidas de reparação menos audaciosas e uma menor pressão internacional para que os Estados cumpram as decisões de órgãos internacionais de proteção de direitos humanos. Neste sentido, “o cumprimento das decisões do sistema requer debates enriquecedores em âmbito nacional e um diálogo fluido entre os diversos atores locais e os órgãos de proteção regional” (CEJIL, 2009, p. 41).

Para tanto, a litigância estratégica no SIDH não deve se restringir ao litígio de casos perante a Comissão e a Corte Interamericanas, mas pode-se utilizar também dos outros espaços de incidência, como as audiências públicas e os questionários públicos para a elaboração de relatórios temáticos da Comissão Interamericana, e as Assembleias Gerais da Organização dos Estados Americanos.

---

5 No caso Favela Nova Brasília vs. Brasil, a Corte Interamericana determinou a publicação anual por parte do Estado de um relatório com dados relativos às mortes ocasionadas durante operações da polícia em todos os estados do país e a adoção pelo estado do Rio de Janeiro de metas e políticas de redução da letalidade e da violência policial (CORTE IDH, 2017).



## Participação da Defensoria Pública na litigância internacional

A Constituição Federal elegeu o modelo público de acesso à justiça ao estabelecer no artigo 5º, inciso LXXIV, que o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos, cabendo à Defensoria Pública exercer tal mister, nos termos do disposto no artigo 134, assim como conforme se extrai do § 5º do artigo 4º da Lei Complementar nº 80/1984.

A Defensoria Pública é a instituição do sistema de justiça vocacionada à promoção e defesa dos direitos humanos. A atuação cotidiana neste sentido foi elemento que legitimou tanto a modificação da Lei Complementar nº 80/1994, por meio da Lei Complementar nº 132/2009, a qual alterou a redação do artigo 1º tornando explícita esta missão institucional, assim como promoveu a mudança do texto constitucional consagrando o perfil da instituição, o que se deu pela transformação do artigo 134, pela Emenda Constitucional nº 80/2014.

As alterações legislativas deram maior expressividade ao papel da Defensoria Pública dentro do sistema de justiça. É ela a instituição que revela a face defensora do Estado, que faz contraponto ao Estado-Juiz, Estado-Repressor e aos terceiros particulares violadores de direitos humanos, ao defender os hipossuficientes e os grupos vulneráveis.

A Lei Complementar nº 132/2009, ao alterar o artigo 4º, inciso VI, da Lei Complementar nº 80/1994, inova igualmente ao tratar da legitimidade da Defensoria Pública para representar aos sistemas internacionais de proteção dos direitos humanos, postulando perante seus órgãos. Amplia-se, assim, o espectro do direito ao contraditório e da ampla defesa das vítimas de violações de direitos humanos.

A Defensoria Pública é a única instituição do sistema de justiça que tem expressa legitimidade para a representação aos sistemas internacionais de proteção dos direitos humanos, embora não detenha monopólio de tal iniciativa, o que não seria desejável. Esta previsão dialoga também com a redação do §3º do artigo 5º da Constituição Federal, introduzido pela Emenda Constitucional nº 45/2004, que confere aos tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos equivalência às emendas constitucionais, desde que sejam aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, no que houve evidente reconhecimento da importância dos sistemas internacionais de proteção dos direitos humanos e dos tratados sobre esta temática.

Inegável que a efetiva atuação da Defensoria Pública para a promoção e defesa dos direitos humanos, inclusive perante os órgãos do sistema internacional de proteção dos direitos humanos, pressupõe autonomia e independência do Poder Executivo, o que só foi garantido para as Defensorias Públicas Estaduais após a aprovação da Emenda Constitucional nº 45/2004, e que se estendeu à Defensoria Pública da União por meio da Emenda Constitucional nº 74/2013.

A legitimação expressa de uma instituição do sistema de justiça nacional para a representação ao sistema internacional de proteção dos direitos humanos relaciona-se também com o reconhecimento pelo Estado brasileiro da internacionalização dos direitos humanos.

O movimento de internacionalização dos direitos humanos deu-se no período pós-guerra mundial em resposta às atrocidades praticadas com fundamento no nazismo. A partir de então, empreendem-se esforços para que os temas relacionados aos direitos humanos passem a despertar o interesse da comunidade internacional (PIOVESAN, 2012, p.62).

Ainda neste contexto de necessidade de conferir maior importância aos direitos humanos e garantir o acesso ao sistema interamericano de proteção de direitos humanos, faz-se relevante pontuar que, em 2011, foi aprovada por unanimidade pela OEA a Resolução AG/RES 2656 (XLI-11) (OEA, 2011) que prevê a figura do “Defensor Interamericano”, o qual é indicado pela Associação Interamericana de Defensorias Públicas (AIDEF) para promover a assistência gratuita a todas as supostas vítimas de violações de direitos humanos, na tramitação dos casos contenciosos em que houver requerimento, em razão do Acordo de Entendimento firmado entre a Corte Interamericana de Direitos Humanos e a AIDEF. Cumpre assinalar que alguns defensores públicos brasileiros atuam e já atuaram como defensores interamericanos.

A atuação da Defensoria Pública pode se dar de forma isolada ou em conjunto com outras organizações. A atuação em rede com entidades da sociedade civil é importante para o processo de consolidação da legitimidade social da Defensoria Pública na sociedade, ao passo que também empresta à articulação em rede a sua institucionalidade, o que se revela vantajoso à estratégia de defesa do direito violado, seja no plano nacional, como no plano internacional.

As Defensorias Públicas Estaduais, do Distrito Federal e da União vêm utilizando diversos mecanismos para acessar os sistemas internacionais de proteção dos direitos humanos, desde a solicitação e participação de audiências públicas – como foi o caso da primeira participação da Defensoria Pública do Estado do Paraná, a qual será descrita adiante – pela apresentação de casos à Comissão Interamericana, por meio de solicitação de medidas cautelares e pela apresentação de relatórios para relatorias temáticas.

Desta forma, tem-se que a assistência jurídica integral e gratuita tem alcance amplo, indo desde a prestação de orientações jurídicas, o uso de medidas extrajudiciais até o esgotamento de todas as instâncias nacionais de defesa, incluindo, quando pertinente, a representação aos sistemas internacionais de proteção dos direitos humanos.

Por fim, em momento de crise política e institucional, a necessidade de acessar o sistema internacional de proteção dos direitos humanos de variadas formas se faz ainda mais evidente. O sistema internacional de proteção dos direitos humanos tem caráter contramajoritário e seu acesso demonstra que o Estado falhou na proteção dos direitos humanos, sobretudo no que diz respeito à implementação do projeto de redemocratização proposto em 1988.

## Histórico de atuação nacional sobre os Planos de Educação

O espaço educacional tem sido palco de muitas disputas políticas e ideológicas nas últimas décadas, por ser considerado espaço estratégico para a superação de preconceitos, combate à violência e discriminação e inclusão social de grupos historicamente excluídos, como a população LGBT e mulheres.

A educação é considerada direito humano, cuja proteção encontra lugar não só em plano nacional, com previsão constitucional e infraconstitucional, mas igualmente em tratados internacionais. Constitui-se como condição mínima para o gozo de outros direitos.

Este direito deve ser entendido por seu caráter emancipador e, portanto, é considerado meio para garantir a construção de subjetividades e fomentar o respeito à diferença. Ele só pode ser conferido de forma efetiva se balizado por princípios associados à liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber, pluralidade de ideias e gestão democrática do ensino público, conforme inscrito nos incisos II, III e VI do artigo 206 da Constituição Federal.

A importância do espaço escolar para a transformação de paradigmas sociais tão cruéis a grupos vulneráveis chamou a atenção de grupos conservadores comprometidos com a manutenção do *status quo* e dos seus privilégios herdados de uma sociedade nutrida por valores patriarcais e heteronormativos.

Estes grupos conservadores organizaram-se em torno do programa denominado “Escola Sem Partido”, a partir dos anos 2010, e passaram a ter grande influência nas casas legislativas municipais, estaduais e federais. O programa tem como pilar o “libertarianismo”, do fundamentalismo religioso e do antigo anticomunismo (MIGUEL, 2016, p. 592), motivo pelo qual objetivam vedar debates que envolvam menções que entendem decorrer de teorias marxistas ou que envolvam qualquer discussão referente à sexualidade no ambiente escolar.

Foi, principalmente, após a promulgação da Lei nº 13.005/2014, que aprovou o Plano Nacional de Educação, que se observou a ampliação de iniciativas legislativas para a implementação de planos de educação municipais e estaduais que proibissem os debates sobre gênero e diversidade sexual nas escolas.

De se observar que os projetos dos planos de educação foram forjados em amplas discussões travadas entre o poder público e a sociedade civil em conferências nacionais, estaduais e municipais. Os projetos de lei frutos destes debates foram enviados pelo Poder Executivo às respectivas casas legislativas para apreciação.

O projeto construído coletivamente para o Plano Nacional de Educação estabelecia metas de redução da evasão escolar motivadas por preconceito quanto a gênero e orientação sexual, bem como continha a afirmação da diversidade e compreensão da realidade desigual a que estão sujeitas mulheres e população LGBT.

Os parlamentares representantes de grupos conservadores fizeram grande pressão para a retirada dos termos “identidade de gênero” e “orientação sexual” da lista de diretrizes e metas dos planos. Assim, após a apresentação de emendas, a redação final do texto<sup>6</sup> foi omissa quanto à motivação dos tipos de discriminação praticados especialmente em razão de gênero e orientação sexual, com nítido objetivo de impedir a discussão destes temas no ambiente escolar.

A omissão dos termos “identidade de gênero” e “orientação sexual” do Plano Nacional de Educação representou uma vitória dos conservadores e, de certa forma, legitimou iniciativas ainda mais deletérias que se seguiram sobretudo no âmbito municipal, em que diversos planos municipais<sup>7</sup> de educação foram aprovados vedando-se expressamente seja a discussão sobre identidade de gênero e orientação sexual, seja o que se denominou por “ideologia de gênero”.

Diante deste cenário, o procurador-geral da República ajuizou cinco Arguições de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF's), que foram apresentadas ao Supremo Tribunal Federal. A argumentação levada à Suprema Corte centrou-se na premissa de que proibir qualquer discussão acerca de temas ligados à sexualidade é incompatível com o texto constitucional, assim como os textos destas normas reafirmariam a inexistente equivalência entre sexo e gênero e ignorariam quaisquer realidades distintas da orientação sexual heteroafetiva.

O Supremo Tribunal Federal proferiu decisão liminar na ADPF 461, determinando a suspensão dos efeitos de lei da cidade de Paranaguá, no Paraná, sob o argumento de que a referida lei afronta preceitos constitucionais como a igualdade, a vedação da censura em atividades culturais, a laicidade do Estado e o pluralismo de ideias.

Cumprir mencionar que a Base Nacional Comum Curricular, documento cujo escopo é atender à estratégia 7.1 do Plano Nacional de Educação, que estabelece a necessidade de as escolas de todo o país implantarem diretrizes pedagógicas e ministrarem conteúdos mínimos com direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de estudantes, também foi alvo de disputas políticas e ideológicas, as quais culminaram na supressão dos termos “identidade de gênero” e “orientação sexual”.

À medida que estes projetos de lei foram apresentados e aprovados, foi crescendo o discurso de ódio e medo contra professores que ousassem discutir em sala de aula temas relacionados à sexualidade, gênero e orientação sexual, o que caracteriza censura e afronta ao direito de liberdade de expressão e de cátedra, este último previsto no artigo 206 da Constituição Federal.

Contra os professores iniciou-se um processo de intimidação por meio da disseminação na internet e em redes sociais de modelos de notificações extrajudiciais<sup>8</sup>, ao fundamento de que os docentes estariam abusando de sua autoridade sobre os alunos para doutrinar e “aprisionar” crianças e adolescentes inexperientes em seus posicionamentos ideológicos, ao abordarem temáticas referentes à diversidade sexual e de gênero, em detrimento de concepções morais advindas do meio familiar no qual a criança ou o adolescente faz parte.

6 O texto referente às diretrizes da educação ficou assim redigido: “superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação” (BRASIL, 2014).

7 Foram apresentados projetos de lei em todas as esferas legislativas, contudo, destacam-se os Planos Municipais de Educação das seguintes cidades: BRASIL. Câmara Municipal de Blumenau. **Plano Municipal de Educação nº 994**. Blumenau, SC, 16 de julho de 2015. BRASIL. Câmara Municipal de Cascavel. **Plano Municipal de Educação nº 6.496**. Cascavel, PR, 24 de junho de 2015. BRASIL. Câmara Municipal de Ipatinga. **Plano Municipal de Educação nº 3.491**. Ipatinga, MG, 28 de agosto de 2015. BRASIL. Câmara Municipal de Novo Gama. **Plano Municipal de Educação nº 1.516**. Novo Gama, GO de 2015. BRASIL. Câmara Municipal de Palmas. **Plano Municipal de Educação nº 2.238**. Palmas, TO, 19 de janeiro de 2016. BRASIL. Câmara Municipal de Paranaguá. **Plano Municipal de Educação nº 3.468**. Paranaguá, PR, 23 de junho de 2015. BRASIL. Câmara Municipal de Tubarão. **Plano Municipal de Educação nº 4.268**. Tubarão, SC, 24 de julho de 2015.

8 Disponível em: <http://escolasempartido.org/artigos-top/552-modelo-de-notificacao-extrajudicial-arma-das-familias-contr-a-doutrinao-nas-escolas>, <https://ipco.org.br/ipco/quer-proteger-seu-filho-contr-a-ideologia-de-genero/>. Acesso em: 15 de setembro de 2017.

Tem-se, portanto, que a vedação à discussão sobre gênero e orientação sexual nas escolas constitui não só uma violação à liberdade de cátedra dos professores, como também uma afronta ao livre desenvolvimento de crianças e adolescentes, ao direito ao acesso à informação e à liberdade de expressão, o que prejudica a consolidação do projeto democrático do país.

## Importância e necessidade da internacionalização do debate sobre os Planos de Educação

O direito internacional dos direitos humanos possui diversos instrumentos normativos e doutrinários que estabelecem uma ampla proteção ao direito humano à educação. Neste sentido, reconhece no direito à educação, em especial na educação em direitos humanos, não só um direito, mas um instrumento para a promoção de vários outros direitos e para a prevenção de sua violação<sup>9</sup>. Adicionalmente, o direito à educação promove a cidadania e o empoderamento de grupos socialmente marginalizados ao lhes permitir uma maior participação social e conhecimento de seus direitos (ONU, 1999).

Desde a Declaração e Programa de Ação de Viena, resultante da Conferência Mundial sobre Direitos Humanos, a educação em direitos humanos e a divulgação de informação adequada passou a ser reconhecida como um importante instrumento para a promoção dos direitos de todos os indivíduos, sem distinção de qualquer tipo, nomeadamente de raça, sexo, língua ou religião, “devendo isto ser incluído nas políticas educacionais, quer a nível nacional, quer internacional” (ONU, 1993). Respondendo a este chamado, a Assembleia Geral das Nações Unidas proclamou a Década de Educação de Direitos Humanos (1995-2004) (ONU, 1994), que foi seguida pelo Programa Mundial pela Educação em Direitos Humanos (ONU, 2004), o qual ainda está em andamento.

Durante este período diversos órgãos das Nações Unidas e de outras organizações regionais reiteram a importância da educação em direitos humanos por meio de instrumentos normativos, documentos interpretativos e recomendações aos Estados<sup>10</sup>, que permitem afirmar a existência de um consenso internacional sobre a sua importância e sobre a obrigação dos Estados de implementá-la no âmbito nacional.

A educação em direitos humanos constitui uma contribuição fundamental para a prevenção a longo prazo de violações de direitos humanos e para a construção de uma sociedade mais justa em que os direitos de todos e todas são reconhecidos e respeitados<sup>11</sup>. Neste sentido, a educação deve estar baseada nos princípios estabelecidos por outros tratados de direitos humanos, os quais proíbem de forma absoluta a discriminação. O direito à educação, portanto, exige o respeito à diversidade e a proibição da discriminação por qualquer motivo, inclusive em virtude de orientação sexual e identidade de gênero. Assim, deve promover o “exercício efetivo de todos os direitos humanos e promover a tolerância, a não discriminação e a igualdade” (ONU, 2016), contribuindo para a “prevenção dos abusos e das violações de direitos humanos e para o enfrentamento e erradicação de todas as formas de discriminação, estereótipos e incitação ao ódio” (ONU, 2016).

Destarte todos estes parâmetros no âmbito global, os órgãos de proteção de direitos humanos no Sistema Interamericano não avançaram muito no estabelecimento de parâmetros regionais de proteção do direito à educação. Por outro lado, diversos países da região têm enfrentado tentativas de retrocessos na efetivação do direito à educação, em especial no que se refere ao respeito à diversidade e à proibição da discriminação de pessoas em relação à sua orientação sexual e identidade de gênero.

9 A este respeito, o Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais das Nações Unidas afirmou que “como derecho del ámbito de la autonomía de la persona, la educación es el principal medio que permite a adultos y menores marginados económica y socialmente salir de la pobreza y participar plenamente en sus comunidades”. (ONU, 1999).

10 O Alto Comissariado de Direitos Humanos das Nações Unidas possui página, na qual fez a compilação destes documentos: <http://bit.ly/1y6YQ8t>, acessada em 30 de novembro de 2018

11 Neste sentido, a Declaração sobre Educação em Direitos Humanos da Nações Unidas dispõe que “la educación y la formación en materia de derechos humanos están integradas por el conjunto de actividades educativas y de formación, información, sensibilización y aprendizaje que tienen por objeto promover el respeto universal y efectivo de todos los derechos humanos y las libertades fundamentales, contribuyendo así, entre otras cosas, a la prevención de los abusos y violaciones de los derechos humanos al proporcionar a las personas conocimientos, capacidades y comprensión y desarrollar sus actitudes y comportamientos para que puedan contribuir a la creación y promoción de una cultura universal de derechos humanos” (ONU, 2016).



A este respeito, destacam-se os ataques ao Projeto de Lei nº 61 no Panamá que versa sobre educação sexual (PANAMÁ TODAY, 2017); ao currículo nacional do Peru que defende a igualdade de gênero (LA REPUBLICA, 2016); ao documento do Ministério de Educação da Colômbia que combate a discriminação no ambiente escolar (BBC MUNDO, 2016); e ao Programa para a Educação em Igualdade de Gênero do Chile (MOSTRADOR e OLIVARES, 2017). Estes processos ocorrem sob a égide de uma suposta violação do direito dos pais de escolher a educação religiosa e moral de seus filhos e o argumento de uma ideologia de gênero que violaria este direito. Trata-se do mesmo argumento utilizado pelos grupos políticos e sociais que promoveram a retirada da promoção da igualdade de gênero e proibição da discriminação por orientação sexual dos planos de educação e da base curricular no Brasil e que estão por trás do debate do projeto de lei da “escola sem partido”.

Deste modo, o processo de retirada dos planos de educação no Brasil da promoção da igualdade de gênero e proibição da discriminação por orientação sexual encontra paralelos em diversos países da região, sendo necessário não só dar visibilidade a estes processos, mas também cobrar dos órgãos regionais de proteção dos direitos humanos um posicionamento firme sobre a matéria.

Neste contexto, é imprescindível a realização de uma audiência temática perante a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), com o objetivo de dar visibilidade a estes processos, com foco inicial na situação brasileira, e de provocar nos órgãos de proteção de direitos humanos regionais um posicionamento sobre o tema a partir de argumentos jurídicos baseados nos documentos internacionais sobre o direito à educação, em especial à educação em direitos humanos.

## Experiência da audiência temática: conquistas e desafios

A audiência temática em comento, realizada no 162º Período de Sessões da CIDH<sup>12</sup>, foi requerida de ofício ante o anúncio público do Estado brasileiro de que os termos “orientação sexual” e “identidade de gênero” não constavam na Base Nacional Comum Curricular, documento cujo escopo é atender à estratégia 7.1 do Plano Nacional de Educação. Conforme já apresentado na contextualização tratada neste artigo, tal supressão acarreta o fomento da violência de gênero e contra pessoas LGBTI, pois não conscientiza nem tampouco educa os cidadãos brasileiros em idade escolar acerca das diferenças identitárias e a pluralidade de ideias.

Nessa oportunidade, advogados membros da Comissão de Diversidade Sexual e de Gênero (CDSG) e da Comissão de Estudos sobre Violência de Gênero (CEVIGE), ambas pertencentes à Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Paraná (OAB-PR), viram a oportunidade de, ao englobar parceiros dos movimentos sociais, universidades e da Defensoria Pública, requererem participação para representar a sociedade civil na CIDH.

Importante ressaltar que, para que a articulação se efetivasse, a Defensoria Pública do estado do Paraná teve papel preponderante, pois, por meio do Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos, tornou-se importante aliado no diálogo com os movimentos sociais que, até então, ainda não haviam se somado ao grupo. Assim, após o primeiro contato com a sociedade civil<sup>13</sup>, os requerimentos de participação foram enviados à CIDH de forma esparsa e dividida, para garantir a participação de, pelo menos, seis entidades.

Após o aceite dos requerimentos, já no momento de realização, atenta-se diretamente ao necessário diálogo com os comissionados antes e depois da audiência propriamente dita. Tal contato permite conhecer não somente o interlocutor (comissionado), como também as informações necessárias para que a litigância continue no período pós-audiência, perpetuando o debate sobre o assunto até que se tenham conquistas sociais efetivas.

<sup>12</sup> Disponível em: <https://bit.ly/2qcOwOP>, <https://bit.ly/2QuLqCV>, <https://bit.ly/2zucp7W>. Acesso em 30 de novembro de 2008.

<sup>13</sup> Participaram da articulação as seguintes entidades: Aliança Nacional LGBTI, ABGLT, CDSG/OAB-PR, Cevige/OAB-PR, Cladem, CNTE, DPE-PR, Grupo Dignidade, IBDSEX, NESIDH/UFPR, APP-Sindicato e TransGrupo Marcela Prado.

Nesse sentido, participar de uma audiência temática dessa magnitude já é, *per se*, uma conquista. Mesmo assim, o comunicado de imprensa publicado<sup>14</sup> foi um enorme ganho, pois, além de realizar pressão política internacional ao Estado brasileiro com relação ao direito à educação, demonstrou o comprometimento da CIDH em acompanhar de perto o caso. No entanto, os desafios a serem enfrentados no período posterior à realização da audiência são inúmeros, pois, caso os próximos passos não sejam bem pensados, os avanços no debate, bem como as conquistas, podem não ser efetivados. Para garantir a continuidade na incidência internacional acerca do tema, fez-se necessária a continuação da articulação entre Defensoria Pública, OAB-PR e movimentos sociais e, a partir daí, provocar novamente o SIDH para uma nova audiência temática, com o objetivo de aprofundar o debate e trazer à luz casos concretos – judicializados ou não – da realidade brasileira.

Assim, a litigância internacional acerca dos Planos de Educação já se iniciou, mas, para que continue de forma a ter efetivo resultado, deve enfrentar mais audiências temáticas, maior contato com o SIDH e, caso o Estado brasileiro não venha a cumprir seu dever de proteção e promoção do direito humano à educação, a judicialização de um caso no SIDH se fará necessária. O avanço desta questão no SIDH representaria um instrumento adicional de incidência para resistir aos processos nacionais de retrocessos nesta matéria e poderia, se necessário, representar um primeiro passo para futuras ações de litigância estratégica internacional caso o Estado brasileiro falhasse nos seus deveres de respeito, promoção e proteção do direito à educação.

## Referências Bibliográficas

BAKER, EDUARDO. CARVALHO, SANDRA. *Experiências de litígio estratégico no sistema interamericano de proteção dos direitos humanos*. SUR – Revista Internacional de Direitos Humanos, nº 20: 2014.

BBC MUNDO. *El enrevesado debate sobre educación y sexualidad que estalló en Colombia*, 10 de agosto de 2016. Disponível em <http://bbc.in/2yhGANC>, acesso em 16 de setembro de 2017.

BRASIL. CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU. *Plano Municipal de Educação nº 994*. Blumenau, SC, 16 de julho de 2015.

BRASIL. CÂMARA MUNICIPAL DE CASCAVEL. *Plano Municipal de Educação nº 6.496*. Cascavel, PR, 24 de junho de 2015.

BRASIL. CÂMARA MUNICIPAL DE IPATINGA. *Plano Municipal de Educação nº 3.491*. Ipatinga, MG, 28 de agosto de 2015.

BRASIL. CÂMARA MUNICIPAL DE NOVO GAMA. *Plano Municipal de Educação nº 1.516*. Novo Gama, GO de 2015.

BRASIL. CÂMARA MUNICIPAL DE PALMAS. *Plano Municipal de Educação nº 2.238*. Palmas, TO, 19 de janeiro de 2016.

BRASIL. CÂMARA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ. *Plano Municipal de Educação nº 3.468*. Paranaguá, PR, 23 de junho de 2015.

BRASIL. CÂMARA MUNICIPAL DE TUBARÃO. *Plano Municipal de Educação nº 4.268*. Tubarão, SC, 24 de julho de 2015.

BRASIL. CONGRESSO NACIONAL. *Plano Nacional de Educação nº 13.005*. Brasília, DF, 25 de junho de 2014.

CARDOSO, EVORAH LUSCI COSTA. *Ciclo de vida do litígio estratégico no sistema interamericano de direitos humanos: dificuldades e oportunidades para atores não estatais*. Revista Electrónica del Instituto de Investigaciones “Ambrosio L. Gioja” - Año V, Número Especial, 2011 ISSN 1851-3069.

---

<sup>14</sup> Disponível em: <https://bit.ly/2kd2HZ0> . Acesso em 30 de novembro de 2018.

CAVALLARO, J. E BREWER, S. *O Papel da Litigância para a Justiça Social no Sistema Interamericano*. 5 Revista Sur 8, São Paulo, Junho de 2008.

CENTRO DE ESTUDIOS LEGALES Y SOCIALES (CELS). *La lucha por el derecho*, Buenos Aires: Argentina, Editores Siglo XXI, 2008.

CENTRO PELA JUSTIÇA E O DIREITO INTERNACIONAL (CEJIL). *Implementação das decisões do Sistema Interamericano de Direitos Humanos: jurisprudência, instrumentos normativos e experiências nacionais*. Tradução Rita Lamy Freund. Rio de Janeiro: CEJIL, 2009.

COMITE DE AMERICA LATINA Y EL CARIBE PARA LA DEFENSA DE LOS DERECHOS DE LA MUJER (CLADEM). *Manual do Litígio Estratégico a partir da experiência do CLADEM*. Tradução Valeria Pandjarian. Lima: Peru. 2011.

COMITE DE AMERICA LATINA Y EL CARIBE PARA LA DEFENSA DE LOS DERECHOS DE LA MUJER (CLADEM). *Estratégias, Alianças e Desafios Feministas em Matéria de Litígio Internacional: a experiência de litígio do CLADEM*. Lima: CLADEM, 2011.

CORAL-DIAZ, A; LONDOÑO-TORO. B, MUÑOZ-AMILA, L. *El concepto de litigio estrategico en America Latina: 1990-2010*. Universitas 121, Bogotá: Colombia, 49-76, 2010, p. 53.

CORREA, L. *Litígio de Alto Impacto: estrategias alternativas para enseñar y ejercer el derecho*, 7 Opinión Jurídica 14, 2008, 149-162.

CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. *Caso Favela Nova Brasília vs. Brasil*. Sentença de Exceções Preliminares, Mérito, Reparações e Custas. 17 de fevereiro de 2017, Série C nº 333.

CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. *Caso Gomes Lund e outros (Guerrilha do Araguaia) vs. Brasil*. Sentença de Exceções Preliminares, Mérito, Reparações e Custas. 25 de fevereiro de 2010, Série C nº 217.

CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. *Caso Velasquez Rodriguez*. Sentença de Reparações e Custas. 21 de julho de 1989. Série C nº 7.

ERRC, INTERRIGHTS, MPG (2004) *Strategic litigation of race discrimination in Europe: from principles to practice. A manual on the theory and practice of strategic litigation with particular reference to the EC Race Directive*. European Roma Rights Centre (ERRC), Interights, Migration Policy Group (MPG).

HERRERA FLORES, JOAQUIN. *Direitos humanos, interculturalidade e racionalidade de resistência*. In: WOLKMER, Antônio Carlos. *Direitos humanos e filosofia jurídica na América Latina*. Editoria Lumen Juris: Rio de Janeiro, 2004. P. 381-382.

LA REPUBLICA. *Los puntos polémicos de la guía de Educación Sexual que ya no existe*, 21 de dezembro de 2016. Disponível em: <http://bit.ly/2ia1hWM>, acesso em 16 de setembro de 2017.

MIGUEL, LUIZ FELIPE. *Da “doutrinação marxista” à “ideologia de gênero”: Escola Sem Partido e as leis da mordada no parlamento brasileiro*. IN: *Direito e Práxis*, Rio de Janeiro, v. 7, nº 15, 2016.

MOSTRADOR, EL. E OLIVARES, ROSARIO. *¿Qué pasa con la educación sexual y de género en las escuelas?* Disponível em <http://bit.ly/2y7y3f3>, acesso em 16 de setembro de 2017.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS (OEA). *Assembleia Geral*. Resolução nº 2656 (XLI-0/11). San Salvador, EL SALVADOR, 07 de junho de 2011. [https://www.anadep.org.br/wtksite/grm/envio/1031/AG\\_RES\\_2656\\_pt.pdf](https://www.anadep.org.br/wtksite/grm/envio/1031/AG_RES_2656_pt.pdf). Acesso em 15 de setembro de 2017.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). *Comitê DESC*. Comentário Geral, E/C.12/1999/10, 8 de dezembro de 1999.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). *Comité DESC*. Comentário Geral 13, E/C.12/1999/4, 10 de maio de 1999.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). *Declaração e Programa de Ação de Viena*, 1993.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). *Assembleia Geral*, Resolução 49/184 de 23 de dezembro de 1994.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). *Assembleia Geral*, Resolução 59/113 de 10 de dezembro de 2004.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). *Assembleia Geral. Declaración de las Naciones Unidas sobre educación y formación en materia de derechos humanos*, A/RES/66/137, 16 de fevereiro de 2016.

PANAMÁ TODAY. *Ley 61: un gran reto para la Asamblea Nacional en el 2017*, 14 de janeiro de 2017. Disponível em: <http://bit.ly/2jBeMwg>, acesso em 16 de setembro de 2017.

PIOVESAN, FLÁVIA. *Temas de Direitos Humanos*, 5ª ed, 2012, São Paulo, Saraiva.